

## Eleições 2018:

**Conheça as propostas dos candidatos  
à Presidência da República para a  
Ciência, Tecnologia e Inovação**





# As propostas dos candidatos para a Ciência, Tecnologia e Inovação

Agência Brasil



Palácio do Planalto, local onde está localizado o Gabinete do Presidente da República

**P**ara a última edição do Jornal do SindCT (setembro/2018), enviamos quatro perguntas sobre a C&T para todos os candidatos à Presidência da República. Apenas dois (Guilherme Boulos – PSOL e Fernando Haddad – PT) responderam.

Por esse motivo, o Jornal do SindCT pesquisou os planos de governo de todos os candidatos e elaborou um resumo, com as propostas para a área de Ciência e Tecnologia. Os documentos estão registrados no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e podem ser acessados através do link: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Também disponibilizaremos, na íntegra, os 13 documentos no site do Jornal do SindCT, com esta edição especial sobre as eleições: <http://www.sindct.org.br/jornaldosindct>

Citaremos os candidatos sempre em ordem alfabética, com a sigla do seu partido. Os partidos que fazem parte da coligação são mencionados apenas na proposta específica de cada candidato.

Dos 13 candidatos à Presidência da República, três não apresentaram

nenhuma proposta relacionada à área de Ciência, Tecnologia e Inovação: João Amoêdo (Novo), Henrique Meirelles (MDB) e Vera Lúcia (PSTU).

## MCTI ou MCTIC?

Sobre o questionamento que o Jornal do SindCT fez aos candidatos, a respeito da volta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, três se comprometem a separá-lo do Ministério das Comunicações: Fernando Haddad (PT), João Goulart Filho (PPL) e Guilherme Boulos (PSOL).

## Teto dos Gastos Públicos

Sobre a Emenda Constitucional 95, que congelou o teto dos gastos públicos por 20 anos, congelando o pior orçamento da Ciência e Tecnologia, cinco se comprometem a revogar a Emenda: Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Guilherme Boulos (PSOL), João Goulart Filho (PPL) e Vera Lúcia (PSTU).

## Marco Legal da C&T

Sobre o Marco Legal da C&T, apenas um mencionou a necessidade de consolidação da regulamentação e aplicação da lei: Guilherme Boulos (PSOL).

## Investimentos em C&T

Sobre os investimentos para C&T, três candidatos se comprometem a elevar o percentual do PIB a ser investido: Fernando Haddad (PT) e João Goulart (PPL) se comprometem a elevar o percentual de investimentos para 2%; e Marina Silva (Rede) se compromete a elevar o percentual para 3%.

## Organizações Sociais

Sobre transformar Instituições de Pesquisas em Organizações Sociais, que foi motivo de preocupação para os servidores das carreiras de C&T, nenhum plano de governo apresenta tal proposta. Porém, o plano de governo de Ciro Gomes (PDT), no item Reforma da Gestão Pública, descreve: “Estímulo à oferta de serviços públicos, não exclusivos de Estado, por organizações públicas não estatais, como organizações

sociais.”, mas não explica se são organizações sociais já existentes ou se irá implementar novas e em quais áreas. No plano de Guilherme Boulos (PSOL), há o comprometimento de revogar a Lei 9637, que instituiu organizações sociais e reverter a privatização da gestão na Seguridade Social e nas demais políticas sociais.

A pesquisa de informações foi realizada nos documentos disponíveis em 4 de setembro de 2018. Os candidatos podem alterar as propostas apresentadas até o dia da eleição.

No momento do fechamento desta edição, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT) estava indeferida. Apresentamos o candidato Fernando Haddad (PT) como seu substituto na disputa eleitoral, pois o recurso do candidato Lula ainda não foi julgado.

O candidato Geraldo Alckmin (PSDB) foi denunciado pelo Ministério Público, que solicita a suspensão dos seus direitos políticos pelo tempo de duração da sentença. Alckmin foi mantido como candidato à Presidência porque, até o fechamento desta edição, seu processo não foi julgado.

# Álvaro Dias (Podemos)

## Plano de metas 19+1 – Pela Refundação da República

*Coligação Mudança de Verdade: Podemos, PSC, PRP, PTC*

O plano de governo do candidato tem 15 páginas, das quais duas são utilizadas para capa e sumário e duas para reprodução de uma carta para os prefeitos. Seu plano possui 19 propostas divididas em apenas três áreas: sociedade, economia e instituições.

Ciência aparece na meta número 4, no capítulo “Ciência, cultura e turismo”, dentro da área de sociedade – cujo objetivo é descrito como “Atender as principais demandas sociais do povo”.

Toda a proposta para Ciência é resumida em um único parágrafo, na página 5:

“O Plano de 19 Metas tem como base três pilares: Sociedade, Economia e Instituições (SEI). Na esfera da Sociedade foram estabelecidas sete Metas: Emprego para Todos, Violência com Tolerância Zero, Pronto Atendimento na Saúde, Ciência, Cultura e Turismo, Educação do Futuro, Família Unida

e Verde Água.”

Dias coloca entre as principais diretrizes do seu plano: a iniciativa privada como origem do crescimento, o estímulo do governo à inovação e a tecnologia como aliada para preservar o meio ambiente. De acordo com a proposta do candidato, a inovação é um meio para desenvolver a indústria 4.0, sua meta número 12, para o crescimento econômico.

“Iremos buscar o desenvolvimento da indústria pela inovação, uma agricultura com apoio para chegar a produzir 300 milhões de toneladas de grãos em 2022 e uma nova diplomacia brasileira voltada para a expansão vigorosa do comércio dos produtos nacionais, mediante novos acordos.”

O candidato propõe a criação do Programa Nacional de Inovação (Cidades, Agro, Saúde e Educação), mas não explica o que envolve esse programa.

A meta para a Indústria 4.0 propõe



Tony Oliveira

Álvaro Dias, candidato à Presidência da República pelo Podemos

o que ele chama de 4 “is”: mais inovação, mais investimentos, mais isenção e mais internacionalização.

Também é citado o desenvolvimento de tecnologias, porém, sem explicações de como se dará:

“O país iniciará um processo de busca contínua de eficiência tanto no

setor público como no privado através da adoção das melhores práticas mundiais, abertura comercial gradativa, recuperação e aumento do estoque de infraestrutura, importação e desenvolvimento interno de novas tecnologias.”

# Cabo Daciolo (Patriota)

## Plano de Nação Para a Colônia Brasileira

*Sem coligação*

O plano de governo do candidato possui 17 páginas, apresentando suas propostas em linhas gerais, sem especificar nenhuma ação.

Apesar de afirmar que o Estado deve ser laico, o plano é baseado em valores cristãos, cita valorização da família nos moldes promovidos pelas igrejas e critica ideologia de gênero.

O plano menciona que deve haver recuperação da Soberania Nacional, através do fortalecimento das Forças Armadas. E completa citando a C&T:

“Além disso, são necessárias grandes ações e políticas públicas nos campos da economia, educação, infraestrutura, transportes, segurança pública, saúde, ciência, tecnologia, dentre outras áreas de suma importância para uma boa gestão da república brasileira.” O plano não explica quais são as ações necessárias no campo da ciência e da tecnologia.

O plano de governo aborda cinco grandes áreas: Educação, Saúde, Economia, Infraestrutura de Transportes e Segurança Pública.

Ciência, Tecnologia e Inovação são citadas em Educação:

“Valorizar a ciência, tecnologia e inovação bem como criar mais Institutos Federais de ensino técnico em localidades estratégicas no tocante à formação e capacitação da população mais carente para o mercado de trabalho, além de valorizarmos os Institutos Federais já existentes.”

E também em Economia:

“O Brasil irá deixar de ser um exportador de matérias primas e importador de produto industrializado, para se tornar um exímio utilizador de matérias primas que podem ser aplicadas nas áreas de ciência e tecnologia e, produção de bens finais para o consumo interno, em vez de



Divulgação

Cabo Daciolo, candidato à Presidência da República pelo Patriota

ocuparmos posição de coadjuvante em aspectos de modernização e desenvolvimento como exportadores de bens primários, pois, IREMOS FIGURAR ENTRE OS PAÍSES MAIS

DESENVOLVIDOS DO PLANETA.”

Além das curtas citações, o plano de governo apresentado não estabelece nenhuma proposta para a área de Ciência e Tecnologia.



# Ciro Gomes (PDT)

## Diretrizes para uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil

Coligação Brasil Soberano (PDT/Avante)

O plano de governo apresentado possui 62 páginas e está organizado em 12 capítulos. Ciência, Tecnologia e Inovação é tema do quarto capítulo, apresentado em 3 páginas.

É citada a revogação da Emenda Constitucional 95 - Teto dos Gastos Públicos - que é tema de preocupação da categoria.

Sobre a Reforma da Previdência, afirma:

*"Implementação de um sistema previdenciário multipilar capitalizado, em que o primeiro pilar, financiado pelo Tesouro, seria dedicado às políticas assistenciais; o segundo pilar corresponderia a um regime previdenciário de repartição com parâmetros ajustados em relação à situação atual; e o terceiro pilar equivaleria a um regime de capitalização em contas individuais. Ademais, seria discutida a introdução de idades mínimas diferenciadas por atividade e gênero."*

No caso específico do funcionalismo público, são citados:

*"- Realização de um planejamento da força de trabalho que alinhe as necessidades de pessoal às funções e objetivos estratégicos do governo;*

*- Alinhamento da política de pessoal aos resultados do planejamento da força de trabalho;*

*- Desenvolvimento profissional do quadro de servidores e de estrutura de incentivos baseada no alcance de resultados;*

*- Criação de mecanismos de incentivo e avaliação de desempenho realistas."*

O plano de governo apresenta 10

propostas para Ciência, Tecnologia e Inovação:

*"1. Elaboração de um plano nacional de ciência e tecnologia, de forma a evitar iniciativas sobrepostas e ações antagônicas, maximizando o uso de recursos e alinhando os setores público e privado.*

*2. A política de ciência e tecnologia deve fomentar o setor produtivo, com especial destaque para a indústria manufatureira de alta tecnologia e para serviços intensivos em conhecimento, que é fundamental para garantir que a globalização gere empregos de qualidade, ao invés de destruir os poucos empregos que restaram nesses setores.*

*3. Fortalecimento do CNPq e de suas instituições de pesquisa.*

*4. Estímulo à produção de conhecimento aplicado ao desenvolvimento tecnológico.*

*5. Estímulo à produção de conhecimento associado entre empresas e universidades:*

- Estímulo à instalação de centros de pesquisas das empresas que atuam no País;

- Estímulo à contratação de doutores por empresas, facultando o pagamento de bolsas por períodos probatórios de até 4 anos

*6. Divisão dos recursos entre:*

*a) pesquisa livre – dirigidos às universidades e centros de pesquisa para pesquisa de base e aplicada de acordo com seus próprios interesses, com autonomia sobre sua destinação;*

*b) pesquisas dirigidas, por meio de análise das demandas da sociedade. Para tanto o candidato propõe a*



André Carvalho/CNI

Ciro Gomes, candidato à Presidência da República pelo PDT

*criação de um conselho superior da política de ciência e tecnologia para definir as prioridades de acordo com esse plano mais geral e conselhos setoriais para definir diretrizes e prioridades específicas para suas indústrias. E entre as diretrizes transversais devem se destacar a energia e a indústria 4.0;*

*7. Financiamento:*

- Estabilidade das fontes e recursos de financiamento ao sistema de inovação brasileiro, quais sejam, os investimentos públicos diretos e os fundos setoriais para inovação;

- Reforço e integração das ações da Finep e BNDES para financiamento especializados para empresas de tecnologia de diversos portes;

- Criação de mecanismos específicos de estímulo aos investimentos para financiar inovações incrementais e a difusão de tecnologias mais consolidadas;

- Criação de fundos de investimento para fomentar empresas através de empréstimos não reembolsáveis para o desenvolvimento de tecnologias disruptivas e de maior impacto;

*8. Desburocratização dos processos de importação de insumos e equipamentos direcionados à pesquisa;*

*9. Criação de incentivos para o desenvolvimento de startups de tecnologia;*

- 10. Propriedade intelectual:

- Redução de entraves burocráticos e melhoria da segurança jurídica em relação à produção conjunta da propriedade intelectual entre universidades e empresas e a sua exploração comercial por empresas;

- Melhoria da capacidade do INPI para avaliar e conceder patentes."

ACOMPANHE O SINDCT NAS REDES SOCIAIS:



**twitter.com/SindCT**



**facebook.com/SindCT**



# Fernando Haddad (PT)

## Plano Lula de Governo

Coligação O povo feliz de novo: PT/PCdoB/PROS

O plano de governo possui 58 páginas, está dividido em cinco capítulos, e apresenta, como uma das prioridades, a revogação da Emenda Constitucional nº 95 (Teto dos Gastos Públicos).

Na lista de medidas do governo Temer a serem canceladas, também constam:

- **“Revogar a reforma trabalhista de Temer, substituindo-a pelo Estatuto do Trabalho, produzido de forma negociada.**

- **Suspender a política de privatização de empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional e a venda de terras, água e recursos naturais para estrangeiros.**

- **Recuperar o Pré-Sal para servir ao futuro do povo brasileiro, não aos interesses de empresas internacionais.”**

O plano pretende recuperar a Soberania Nacional, se comprometendo a tomar medidas jurídicas de proteção contra a venda da Embraer para a Boeing e consolidar “uma Base Industrial e Tecnológica da Defesa (BITD), o submarino de propulsão nuclear, a política aeroespacial a partir da Base de Alcântara, o satélite geoestacionário, o Sistema de

*Foguetes - Astros 2020 e Blindados Guarani.”*

O documento também reflete a posição contrária à Reforma da Previdência e ao plano de Desmonte do SUS.

Ciência, Tecnologia e Inovação aparecem em duas páginas do capítulo 4: “Estruturando um novo projeto nacional de desenvolvimento”.

A proposta apresentada é dividida em quatro pontos:

1. Remontagem do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I);

2. Recomposição e ampliação do Sistema Nacional de Fomento de CT&I:

- *recompor e ampliar os investimentos na área, bem como os orçamentos das agências de fomento federais, destacadamente os do CNPq e da CAPES;*

- *os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), operado pela Finep, serão progressivamente liberados na sua totalidade para investimento;*

- *os recursos disponíveis no FNDCT serão ampliados com a*



Ricardo Stuckert

Fernando Haddad, candidato à Presidência da República pelo PT

*destinação de parcela dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, em substituição aos recursos anteriormente destinados ao Fundo Setorial do Petróleo;*

- *serão aprofundadas e ampliadas as parcerias com as instituições e agências dos governos estaduais e municipais, para alavancar a integração, complementariedade, eficiência e eficácia do Sistema Nacional de CT&I.*

3. Recriação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

(MCTI);

4. Implementação do Plano Decenal de Ampliação dos Investimentos em CT&I, visando atingir o patamar de 2% do PIB em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no País até 2030.

C&T também é citada em políticas públicas específicas para as mulheres: “há o incentivo à produção de ciência e tecnologia pelas mulheres” e na integração com os temas Educação e Cultura.

# Geraldo Alckmin (PSDB)

## Diretrizes gerais

Coligação Para unir o Brasil: PSDB, PP, DEM, PR, Solidariedade, PRB, PSD, PTB e PPS

O plano de governo apresentado possui 16 páginas, das quais, 9 páginas e meia são imagens e títulos. O documento é dividido em 3 partes:

O Brasil da Indignação; O Brasil da Solidariedade; O Brasil da Esperança.

A palavra ciência é mencionada uma única vez, no capítulo “Brasil da Esperança”, sem apresentar nenhuma proposta para o setor:

*“Vamos estimular as parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa, a ciência a tecnologia e o conhecimento aplicado, em vetores do aumento de produtividade e da competitividade do Brasil.”*

No mesmo capítulo destaca o

desenvolvimento da indústria 4.0:

*“Promoveremos o desenvolvimento da indústria 4.0, da economia criativa e da indústria do conhecimento, fomentando o empreendedorismo em áreas de inovação, da cultura, do turismo e, especialmente, em áreas onde já somos líderes, como a agroindústria.”*

A privatização, marca dos governos do PSDB, é citada no documento:

*“Privatizar empresas estatais, de maneira criteriosa, para liberar recursos para fins socialmente mais úteis e aumentar a eficiência da economia.”* O documento não menciona quais empresas devem ser privatizadas.



Tony Oliveira

Geraldo Alckmin, candidato à Presidência da República pelo PSDB



# Guilherme Boulos (Psol)

## Vamos sem medo de mudar o Brasil

*Sem coligação*

O plano de governo com 228 páginas, se compromete a encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95.

Ciência e Tecnologia são citadas várias vezes no documento, aliadas à Economia, à Educação, à Cultura e às Políticas Públicas, demonstrando a importância da C&T em todos os setores da sociedade:

*“A mudança do paradigma tecnológico vem redefinindo o papel do Estado e a necessidade de sua atuação no provimento de infraestrutura física, científica e tecnológica para a promoção da competitividade de todo o conjunto de empresas nacionais. Portanto, a viabilidade das políticas produtivas e tecnológicas requer maior capacidade de o setor público atuar na formação de recursos humanos e pesquisa básica, procurando coordenar Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), universidades e setor privado.”*

O documento também afirma que, para tirar o país da crise, é necessária uma *“estrutura produtiva nacional e direcionando o sistema de ciência, tecnologia e inovação para um modelo voltado a atender majoritariamente as longas carências que existem na sociedade brasileira.”*

Tratando diretamente da C&T, o plano de governo descreve: *“uma política nacional e democrática de Ciência, Tecnologia e Inovação é condição indispensável para um projeto de nação soberana, independente, justa e com igualdade social no lugar dos privilégios e da desigualdade”*, e cita a crise no setor, os cortes orçamentários e a campanha pela volta do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.

O plano de governo também demonstra ser contrário a qualquer tipo de privatização, inclusive nos institutos de pesquisa: *“imediato fim da privatização e desmantelamento do sistema de empresas públicas e instituições voltadas à pesquisa”*.



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Guilherme Boulos, candidato à Presidência da República pelo Psol

O documento apresenta a área de Ciência, Tecnologia & Inovação sempre aliada à Educação e propõe:

1. Recriar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com a garantir de orçamento para viabilizar uma dinâmica de pesquisas de ponta;
2. Consolidar o processo de regulamentação e aplicação do Marco

Legal da Ciência e Tecnologia;

3. Elaborar um Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em um processo participativo envolvendo comunidade acadêmica, tecido produtivo e a sociedade civil. O objetivo desse Plano é estruturar uma política estratégica de pesquisa, com metas de longo, médio e curto prazo.

# Henrique Meirelles (MDB)

## Pacto Pela Confiança

*Coligação Essa é a solução: MDB e PHS*

O plano de governo apresentado possui 21 páginas. Não há nenhum plano específico para Ciência, Tecnologia e Inovação. A palavra ciência nem foi citada no documento.

A Reforma da Previdência é citada no documento, afirmando também que a Previdência seria responsável por consumir 57% do orçamento da União:

*“Para promover o crescimento sustentado, impõe-se uma necessária e inadiável reforma da Previdência Social, visando sobretudo ao combate a distorções e privilégios.”*

A Previdência Social brasileira abocanha hoje 57% de todo o orçamento do Governo Federal. Se persistir a tendência atual, em 20 anos, os gastos com aposentadorias e pensões vão corresponder a 100% do total de receitas do Governo Federal.

*Ou seja, o sistema é insustentável.”*

**Nota da redação: A variação do percentual de gastos com a Previdência nos últimos anos é de 19% a 25% do orçamento da União, segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, do Ministério da Fazenda.**

A privatização também faz parte do plano de governo, sem maiores detalhes:

*“Acelerar o processo de privatização, nas áreas em que isso for necessário, garantindo que os recursos públicos não escoem pelo ralo dos prejuízos das empresas que hoje dependem do Tesouro Nacional.”*

O termo Inovação é citado no documento para ampliar a agricultura, mas também sem detalhes de como ocorrerá.



Sergio Lima/CNI

Guilherme Boulos, candidato à Presidência da República pelo Psol

Ignorando a existência da Emenda Constitucional 95, que congela o teto dos gastos públicos, ao mencionar a Saúde no Brasil, o plano de governo

afirma que aumentará os recursos destinados ao SUS: *“Ampliar a participação do Governo Federal no financiamento do setor”*.

# Jair Bolsonaro (PSL)

## O caminho da prosperidade

*Coligação Brasil acima de tudo, Deus acima de todos: PLS e PRTB*

O plano de governo apresentado possui 81 páginas, estando organizado em três linhas de ação: Segurança e combate à corrupção; Educação e Saúde; e Economia.

Grande parte do plano de governo é dedicado a criticar os governos anteriores, o socialismo e o comunismo e poucas propostas são apresentadas.

Ciência, Tecnologia e Inovação aparecem em 2, das 81 páginas do plano. Os sete parágrafos, porém, não trazem propostas efetivas para o setor e não há explicação de como promover o que é proposto:

*“Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. Assim, valorizaremos*

*talentos nacionais e atrairemos outros do exterior para gerar novas tecnologias, emprego e renda aqui.*

*(...)*

*Cada região do Brasil deve buscar suas vantagens comparativas: por exemplo, o Nordeste tem grande potencial de desenvolver fontes de energia renovável, solar e eólica. Os países da Ásia têm investido nesta tecnologia. Na agricultura, há espaço para trazer o conhecimento de Israel. Inclusive, Jair Bolsonaro pôde iniciar conversas sobre parcerias nesses países.*

*O Brasil deverá ser um centro mundial de pesquisa e desenvolvimento em grafeno e nióbio, gerando novas aplicações e produtos. Duran-*



Miguel Ângelo/CNI

Jair Bolsonaro, candidato à Presidência da República pelo PSL

*te sua visita ao Japão, Jair Bolsonaro conheceu a utilização do grafeno,*

*por exemplo, no desenvolvimento de um submarino nuclear.”*

# João Amoêdo (Novo)

## Mais oportunidades, menos privilégios

*Sem coligação*

O plano de governo possui 23 páginas e está dividido em 10 eixos:

**1. “Oportunidades** para que todos os brasileiros possam trabalhar, empreender e viver cada vez melhor

**2. Educação** de qualidade e conhecimento para que as crianças e os jovens possam construir seu futuro em um mundo em transformação

**3. Respeito à vida e Segurança** para todos os brasileiros em todo o território

**4. Saúde Acessível** com um novo modelo que trate a todos com dignidade

**5. Proteção Social** como um caminho para a cidadania plena e fim da pobreza

**6. Qualidade e representatividade política** com ética e transparência, sem privilégios e corrupção

**7. Governo responsável, simples e digital**, que funcione para o cidadão, para o trabalhador e para o empreendedor

**8. Previdência** justa e sustentável

**9. Responsabilidade com as futuras gerações** com foco na susten-

*tabilidade e um agronegócio moderno indutor do desenvolvimento*

**10. O Brasil inserido no mundo** sendo cada vez mais dinâmico, integrado e interconectado”.

Para Ciência e Tecnologia, o plano de governo não apresentou nenhuma proposta, citando apenas:

*“Novas formas de financiamento de cultura, do esporte e da ciência com fundos patrimoniais de doações.”*

O plano também não menciona a Emenda Constitucional 95 (Teto dos Gastos Públicos), porém, na página 9, afirma: *“Equilíbrio das contas públicas com corte de gastos, privilégios, privatizações, revisão de desonerações fiscais e definição das prioridades.”*

A privatização é novamente citada na página seguinte: *“Privatização de todas as estatais.”*

O servidor público é citado uma única vez, quando o assunto é a Previdência Social:

*“A previdência brasileira atualmente é injusta e insustentável. Injusta pois um servidor público aposentado do legislativo recebe, em média,*



Rovena Rosa/Agência Brasil

João Amoêdo, candidato à Presidência da República pelo Novo

R\$ 28.547, no executivo, R\$7.583, enquanto um aposentado do INSS recebe, em média, R\$ 1.240. É insustentável porque já consome 56% do orçamento primário da União. Ou seja, o Governo gasta mais com a previdência do que com saúde, educação, segurança e tudo o mais somado. Se nada for feito, com o envelhecimento da população, em alguns anos, a previdência consumirá todo o orçamento público.”

**Nota da redação:** O plano de governo faz a crítica, generalizando os servidores públicos, sem mostrar que os servidores pagam 11% de seu salário para a Previdência, mesmo após a aposentadoria. A variação de gastos com a Previdência nos últimos anos é de 19% a 25% do orçamento, segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, do Ministério da Fazenda.



# João Goulart Filho (PPL)

## Distribuir a renda, superar a crise e desenvolver o Brasil

Sem coligação

O plano de governo registrado apresentada 20 metas distribuídas em 14 páginas. É apresentada a proposta de revogação da Emenda Constitucional 95 (Teto dos Gastos Públicos), além da revogação de todas as leis e emendas dos governos FHC, Lula, Dilma e Temer. Também afirma que irá gerar 20 milhões de empregos nos próximos 4 anos.

Na meta 8, o plano apresenta as seguintes propostas para a Ciência e Tecnologia:

- Reconstruir o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, esvaziado após a desastrosa fusão com o Ministério das Comunicações.
- Elevar o investimento em pesquisa de 1% para 3% do PIB nos próximos quatro anos, equiparando-o ao de países como a China, Japão, Coreia do Sul, Suécia, França, EUA e Alemanha.
- Baseado no Plano de Ciência e Inovação Tecnológica da Academia Brasileira de Ciências, desenvolver a engenharia nacional e

os setores de tecnologia de ponta vitais para a nossa independência: microeletrônica, informática, telecomunicações, materiais estratégicos, engenharia genética, biomédica, nuclear, aeroespacial e a indústria da defesa.

- Reativar a Telebrás para universalizar a banda larga.
- Tirar o Programa Espacial Brasileiro da penúria criada por sucessivos cortes orçamentários e pelo descaso com os projetos estratégicos para o país.
- Abortar a venda da Embraer à Boeing, reestatizar a empresa.
- Garantir a perenidade do setor nuclear brasileiro segundo as regras constitucionais e a participação do Brasil nos grandes experimentos internacionais.
- Em curto prazo, vamos estabelecer e executar o plano de financiamento da conclusão da usina de Angra 3, do Reator Multipropósito Brasileiro e do Submarino Nuclear; promover o plano de independência



Lula Marques/Agência PT

João Goulart Filho, candidato à Presidência da República pelo PPL

do tesouro da INB, ampliando sua participação no mercado de combustíveis nucleares.

- Em médio prazo, nosso compromisso é concluir a elaboração do Programa Nuclear Brasileiro, transformando-o em política de Estado.
- Estimular a participação da

iniciativa privada nas aplicações da tecnologia nuclear à agricultura, medicina e indústria.

- Promover o desenvolvimento das tecnologias nucleares e correlatas, estabelecendo cooperação entre empresas, institutos de pesquisa e universidades brasileiras.

# José Maria Eymael (DC)

## Carta 27- Diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil

Sem coligação

O plano de governo apresentado possui 9 páginas. A palavra ciência não foi citada. Porém, uma das 27 propostas é a criação de um “Plano Nacional de Apoio à Pesquisa”, sem apresentar maiores detalhes:

“Implantar Plano Nacional de Apoio a Pesquisa, tanto em seu aspecto de investigação pura, como no campo da pesquisa aplicada.”

Para o serviço público, de modo geral, são propostos:

“a) O ESTADO NECESSÁRIO: dotar todos os segmentos do serviço público federal dos recursos humanos, equipamentos e tecnologia, necessários.

b) Estabelecer, em todos os segmentos do Serviço Público Federal, plano de carreira, propiciando motivação funcional e

conquista de talentos.

c) Modernização do serviço público federal e universalização de sua qualidade, com a adoção conjunta de políticas salariais competitivas, programa de incentivos motivacionais, atualização permanente de equipamentos operacionais e capacitação funcional continuada.

d) Criar mecanismos que garantam transparência no setor público federal e a responsabilidade de seus agentes, no desempenho de suas funções.

e) Redução drástica do número de Ministérios hoje existentes, mas incluindo, entre os Ministérios remanescentes, o Ministério da Família.

f) Todo cargo de gestão no



Divulgação PSDC

José Maria Eymael, candidato à Presidência da República pelo DC

serviço público federal, ocupado exclusivamente por funcionários de carreira.”

Não há menções à Reforma da Previdência ou à Emenda Constitucional 95 (Teto dos Gastos Públicos).



# Marina Silva (Rede)

## Brasil justo, ético, próspero e sustentável

*Coligação Unidos para transforma o Brasil: Rede/PV*

O plano de governo apresentado possui 48 páginas, com um capítulo para Ciência, Tecnologia e Inovação.

*“Não existe desenvolvimento pleno ou crescimento econômico durável sem investimentos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I)”* é a afirmação inicial do capítulo, que possui apenas uma página. O plano também ressalta que a área de CT&I é estratégica para o país.

As propostas apresentadas são:

- os investimentos em CT&I precisam ter tratamento diferenciado, com imunidade a contingenciamento como manda a lei;
- recriar o Ministério da Ciência e Tecnologia, buscando recompor seu orçamento;
- implementar, nos próximos quatro anos, a meta da Estratégia Nacional de CT&I de elevar os investimentos em pesquisa e inovação a 2% do PIB.
- promover a inovação por

meio da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias, para importação de equipamentos, materiais, insumos e serviços, utilizados em pesquisa, desenvolvimento e inovação;

- promover o aperfeiçoamento dos mecanismos necessários para absorver cientistas estrangeiros qualificados que tenham interesse em trabalhar no Brasil;
- promover a colaboração universidade-empresa;
- reorientar as linhas de crédito do BNDES para financiamento de inovação, microcrédito e projetos de impacto socioambiental.

Sobre a Reforma da Previdência, o plano afirma que é uma situação incontornável e apresenta a seguinte proposta:

*“Apresentaremos no início de nosso governo uma proposta de reforma da previdência que inclua a definição de idade mínima para*



Wenderson Araujo

Marina Silva, candidata à Presidência da República pelo REDE

*aposentadoria, seguindo uma tendência mundial, com prazo de transição que não prejudique quem está prestes a se aposentar; eliminação dos privilégios de beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social que ingressaram antes de 2003; e um*

*processo de transição para sistema misto de contribuição e capitalização, a ser implementado com responsabilidade do ponto de vista fiscal.”*

Não há menções à Emenda Constitucional 95 (Teto dos Gastos Públicos).

# Vera Lúcia (PSTU)

## 16 pontos de um programa socialista para o Brasil contra a crise Capitalista

*Sem coligação*

O plano de governo do PSTU foi o menor apresentado e possui pouco mais de quatro páginas. Não há nenhum plano específico para CT&I.

De interesse da nossa comunidade, o plano prevê a revogação da Emenda Constitucional do teto dos gastos e é contra a Reforma da Previdência.

Os 16 pontos apresentados são:

1. ‘Revogação de todas as reformas que retiram direitos! Não à reforma da Previdência
2. Pelo direito ao trabalho! Redução da jornada sem redução dos salários
3. Planos de obras públicas para gerar emprego e resolver problemas estruturais
4. Aumento geral dos salários e aposentadorias
5. Estatização das 100 maiores empresas sob o controle dos traba-

*lhadores*

6. Moradia, Educação e Saúde pública e de qualidade para todos!

7. O campo para quem trabalha! Nacionalização e expropriação do latifúndio! Revolução e reforma agrária radical

8. Regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas!

9. Prisão e o confisco dos bens de corruptos e corruptores!

10. Suspensão do pagamento da dívida e auditoria!

11. Proibição das remessas de lucro! Estatização do sistema financeiro!

12. Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal! Por uma Lei de Responsabilidade Social!

13. Reestatização das empresas privatizadas, sob o controle dos trabalhadores!

14. Pelo fim da criminalização



Romerito Pontes

Vera Lúcia, candidata à Presidência da República pelo PSTU

*das lutas e da pobreza! Revogação da lei antiterrorismo! Desmilitarização da PM e descriminalização das drogas!*

15. Pelo fim de toda a opressão!

*Contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a xenofobia!*

16. Por um governo dos trabalhadores baseado em conselhos populares!”



# Como os Partidos votaram na Reforma Trabalhista, Lei das Terceirizações e na PEC do Teto dos Gastos Públicos

Fabio Rodrigues Pozzebom | Agencia Brasil



## Reforma Trabalhista:

Lula Marques

A Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017) retirou dezenas de direitos do trabalhador da CLT, favorecendo os grandes empresários. Há diversas ações no Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade de alguns pontos da reforma. A Organização Internacional do Trabalho – OIT, incluiu o Brasil em sua “lista suja” após a aprovação dessa reforma. Veja como votaram os partidos dos candidatos à Presidência da República com representatividade na Câmara dos Deputados:

### MDB

**52 VOTOS A FAVOR**  
**07 VOTOS CONTRA**

### PSDB

**43 VOTOS A FAVOR**  
**01 VOTO CONTRA**

### PSL

**01 VOTO A FAVOR**  
**01 VOTO CONTRA**



Durante a votação da Reforma Trabalhista, na bancada governista algum deputado deixou seu recado para o Temer

### PT

**0 VOTOS A FAVOR**  
**56 VOTOS CONTRA**

### PC DO B

**0 VOTOS A FAVOR**  
**09 VOTOS CONTRA**

### REDE

**0 VOTOS A FAVOR**  
**04 VOTOS CONTRA**

### PDT

**01 VOTO A FAVOR**  
**15 VOTOS CONTRA**

### PSOL

**0 VOTOS A FAVOR**  
**06 VOTOS CONTRA**

**Total:** 296 votos a favor, 177 votos contra e 40 deputados não votaram.



# Lei das Terceirizações:

Ao contrário do que muitos pensam, a Lei das Terceirizações não garante nenhum direito ao trabalhador terceirizado. A Lei foi criada para terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho, precarizando as relações de trabalho e direitos dos trabalhadores.

Veja como votaram os partidos dos candidatos à Presidência da República com representatividade na Câmara dos Deputados:

## MDB

**33 VOTOS A FAVOR**  
**10 VOTOS CONTRA**

## PSDB

**32 VOTOS A FAVOR**  
**11 VOTOS CONTRA**

## PSL

**01 VOTO A FAVOR**  
**01 VOTO CONTRA**

## PMB

**0 VOTOS A FAVOR**  
**01 VOTO CONTRA**



Sessão para votar a terceirização. Parlamentares da oposição levantam patos em protesto no plenário

## PT

**0 VOTOS A FAVOR**  
**54 VOTOS CONTRA**

## PC DO B

**0 VOTOS A FAVOR**  
**12 VOTOS CONTRA**

## REDE

**0 VOTOS A FAVOR**  
**04 VOTOS CONTRA**

## PDT

**01 VOTO A FAVOR**  
**16 VOTOS CONTRA**

## PSOL

**0 VOTOS A FAVOR**  
**06 VOTOS CONTRA**

**Total:** 231 votos a favor, 188 votos contra e 94 deputados não votaram.

# PEC do Teto dos Gastos Públicos:

A PEC do Teto dos Gastos Públicos, também chamada de PEC do Fim do Mundo (transformada na Emenda Constitucional 95) congelou, por 20 anos, os investimentos em educação, saúde, ciência, tecnologia e inovação e os reajustes salariais do funcionalismo público. A Emenda Constitucional 95 foi aprovada sem um debate público apropriado e trará um impacto severo sobre os mais pobres. Veja como votaram os partidos dos candidatos à Presidência da República com representatividade na Câmara dos Deputados:

## MDB

**64 VOTOS A FAVOR**  
**0 VOTOS CONTRA**

## PSDB

**47 VOTOS A FAVOR**  
**0 VOTOS CONTRA**

## PSL

**02 VOTOS A FAVOR**  
**0 VOTOS CONTRA**



Deputados comemoram a aprovação do congelamento do teto dos gastos públicos

## PT

**0 VOTOS A FAVOR**  
**55 VOTOS CONTRA**

## PC DO B

**0 VOTOS A FAVOR**  
**10 VOTOS CONTRA**

## REDE

**0 VOTOS A FAVOR**  
**03 VOTOS CONTRA**

## PDT

**06 VOTOS A FAVOR**  
**11 VOTOS CONTRA**

## PSOL

**0 VOTOS A FAVOR**  
**06 VOTOS CONTRA**

**Total:** 366 votos a favor, 111 votos contra e 36 deputados não votaram.

Lula Marques



# A urna eletrônica é confiável?

**E**m todo ano de eleição, o assunto retorna: a urna eletrônica é confiável?

Geralmente, a questão é levantada por defensores do partido que perdeu as eleições. Alguns justificam o questionamento comparando as eleições no Brasil com as eleições em outros países, mais desenvolvidos, que ainda utilizam o voto em papel.

Engana-se, porém, quem pensa que o voto eletrônico é exclusividade brasileira. Segundo o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional), sediado em Estocolmo (Suécia), 32 países souberam tirar proveito dos avanços tecnológicos para agilizar e garantir a lisura de seus processos eleitorais.

A lista inclui nações de sólida tradição democrática, como Suíça, Canadá, Austrália e Estados Unidos (em alguns estados). Na América Latina, México e Peru também fazem uso do sistema. Na Ásia, além de Japão e Coreia do Sul, há o exemplo da Índia. Maior democracia do mundo em número de eleitores (mais de 800 milhões), o país utiliza urnas eletrônicas semelhantes às brasileiras, mas adaptadas à sua realidade eleitoral.

## Histórico

A ideia de criar um mecanismo de votação que facilitasse e agilizasse o pleito partiu da Justiça Eleitoral. Em 1995, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE formou uma comissão técnica composta por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, da Aeronáutica, representada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, do Exército, da Marinha e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD, além de especialistas do próprio TSE, com o objetivo de definir uma especificação de requisitos funcionais para a primeira urna eletrônica, chamada então de coletor eletrônico de votos - CEV.

Destacam-se aí o trabalho dos engenheiros Mauro Hashioka (INPE), Paulo Nakaya (INPE), Antonio Esio Salgado (INPE), Oswaldo Catsumi (DCTA), Miguel Adrian Carretero (INPE), dentre outros profissionais, pela concepção da segurança do equipamento.

Para projetar, desenvolver e fabricar a urna eletrônica para as eleições de 1996, foi aberta uma licitação com o Edital TSE 002/1995, onde concorreram a IBM, que propôs um projeto baseado em um notebook, a



Marcelo Camargo/ Agência Brasil

Procomp, que apresentou uma espécie de quiosque de autoatendimento bancário e a Unisys, a vencedora da licitação, com um design original que se tornou o padrão utilizado até hoje. A Unisys contratou a licença para comercializar ao TSE a urna eletrônica desenvolvida pela OMNITECH.

## Segurança

O Bacharel e mestre em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília, analista judiciário do Tribunal Superior Eleitoral lotado na Seção de Voto Informatizado, Rodrigo Carneiro Munhoz Coimbra, explica:

“Um dos procedimentos de segurança que pode ser acompanhado pelo eleitor é a Cerimônia de Votação Paralela. Na véspera da eleição, em audiência pública, são sorteadas urnas para verificação. Essas urnas, que já estavam instaladas nos locais de votação, são conduzidas ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE e substituídas por outras, preparadas com o mesmo procedimento das originais. No dia das eleições, também em cerimônia pública, as urnas sorteadas são submetidas à votação nas mesmas condições em que ocorreria na seção eleitoral, mas com o registro, em paralelo, dos votos depositados na urna eletrônica. Cada voto é registrado numa cédula de papel e, em seguida, replicado na urna eletrônica, tudo isso registrado em vídeo. Ao final do dia, no mesmo horário em que se encerra a votação, é feita a apuração das cédulas de papel e comparado o resultado com o boletim de

urna.”

Além desse procedimento, toda urna, ao final do procedimento de votação, emite um boletim de urna, que pode ser facilmente confrontado com o publicado pelo TSE na Internet, realizando, assim, a conferência do resultado de cada seção eleitoral ou do resultado da totalização final.

Há também o questionamento sobre a possibilidade de hackers invadirem as urnas, o que é impossível de ocorrer. As urnas não possuem nenhum mecanismo que possibilite sua conexão a redes de computadores, como a Internet, necessárias para a invasão por hackers.

Mesmo assim, nos dias que antecedem as eleições, os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral se preparam para serem atacados por hackers de todo o mundo. Segundo o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal, Giuseppe Janino, são 200 mil tentativas por segundo de quebrar o sistema de segurança da urna eletrônica, sendo que ninguém nunca conseguiu adulterar o sistema.

O engenheiro Antonio Esio Salgado (INPE), afirma que é impossível violar o processo eleitoral, tanto na urna, durante a votação, quanto na apuração dos votos. Ele explica que todo sistema é criptografado e cada urna possui um chip com o sistema. O chip é instalado nas urnas nas vésperas da eleição, na presença de representantes do Tribunal Superior Eleitoral e dos partidos políticos. Após a instalação, é aplicada uma resina e um lacre, com o selo da eleição.

## Apuração

Após o término da votação, os computadores presentes em cada urna eletrônica fazem a apuração dos votos e produzem um arquivo chamado Registro Digital de Voto. Esse arquivo é inserido numa espécie de pendrive, chamado de "memória de resultado". Esse pequeno objeto é então levado até algum ponto onde haja acesso à rede privativa da Justiça Eleitoral. Para aumentar a segurança, o arquivo é assinado digitalmente - ou seja, é autenticado por um responsável (uma pessoa), permitindo que sua veracidade seja checada depois. Os dados são enviados ao TSE via intranet, uma conexão possível somente entre os cartórios eleitorais, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior Eleitoral. O único ponto de encontro entre a intranet eleitoral e a internet comum ocorre no TSE, em Brasília. O TSE controla o acesso à internet, deixando-a inacessível nos dias de eleição. Os fiscais dos partidos também fazem a checagem dos votos.

Eles comparam os boletins de urna que recolhem com os resultados anunciados nos locais de votação. Nunca houve qualquer relato de divergência nessa contagem de voto. O TSE adota uma série de procedimentos, rotinas e verificações para garantir a segurança do processo de votação. A maior parte dos especialistas concorda que a segurança das votações aumentou desde a adoção da urna eletrônica, e as últimas eleições não foram atingidas por nenhuma alegação séria de fraude. Com informações do Portal R7 Notícias.